



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO
SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL CURSO DE
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JÚLIA CRISTINA POCAI DE OLIVEIRA

FOME - UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: as
contribuições do Serviço Social no processo de desnaturalização das análises sobre
o tema

Florianópolis
2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO
SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL CURSO DE
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JÚLIA CRISTINA POCAI DE OLIVEIRA

FOME - UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: as
contribuições do Serviço Social no processo de desnaturalização das análises sobre
o tema

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Profa. Dr^a Sirlândia Schappo

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pocai de Oliveira, Júlia Cristina
FOME - UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: : as
contribuições do Serviço Social no processo de
desnaturalização das análises sobre o tema / Júlia
Cristina Pocai de Oliveira ; orientador, Sirlândia
Schappo, 2022.

65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Fome. 3. Serviço Social. 4.
Insegurança Alimentar e Nutricional. I. Schappo,
Sirlândia .
II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Júlia Cristina Pocai de Oliveira

FOME - UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: as contribuições do Serviço Social no processo de desnaturalização das análises sobre o tema

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

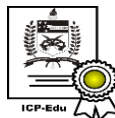
Florianópolis, 07 de dezembro de 2022.



Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 21/12/2022 13:27:46-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente
Sirlândia Schappo
Data: 20/12/2022 07:38:15-0300
CPF: ***.975.799-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dr.(a) Sirlândia Schappo
Orientador(a)



Documento assinado digitalmente
Mailiz Garibotti Lusa
Data: 20/12/2022 09:46:16-0300
CPF: ***.819.959-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dr.(a) Mailiz Garibotti Lusa,
Departamento de Serviço Social/UFSC



Documento assinado digitalmente
LUCIANE MARTINS MAY
Data: 20/12/2022 13:06:43-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Luciane Martins May
Assistente Social

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho à minha família, que foram meus maiores exemplos e que sempre me apoiaram. A todos aqueles que, assim como eu, lutam por um mundo onde todos tenham uma vida digna.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe, Luciane, meu irmão, André, e minha avó, Ivone, por serem minha base e meu apoio nesse longo trajeto de vida. Obrigada por tanto amor e carinho. Graças a vocês sou a pessoa que me tornei e serei a melhor profissional.

À minha supervisora de estágio e parte da banca do meu TCC, Luciane Martins May, por me proporcionar uma experiência de estágio incrível. Um verdadeiro exemplo de ser humano e profissional.

À minha orientadora, Sirlândia Schappo, pelo carinho e pela paciência. Obrigada por alimentar ainda mais a paixão pela discussão sobre o tema do meu TCC.

Aos professores da Universidade Federal Santa Catarina, pela dedicação em prol da educação. São profissionais que merecem mais reconhecimento pelo trabalho lindo que fazem.

Aos meus amigos e colegas que me apoiaram nessa jornada, levo um pouco de todos dentro de mim.

“A humanidade se divide em dois grupos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem com receio da revolta dos que não comem.” - Josué de Castro

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como foco a questão da fome e as contribuições teóricas no processo de desnaturalização das discussões sobre a temática. O objetivo central é analisar a fome como uma das expressões da questão social, analisando as discussões teóricas que incidiram na desnaturalização da temática e a contribuição do Serviço Social nesta construção. Os procedimentos metodológicos utilizados abrangem um levantamento bibliográfico e uma pesquisa bibliográfica, digital, e documental sobre o tema. A construção deste é apresentada de forma linear, a partir de autores e documentos que marcaram a história da sociedade, com foco em obras que trouxeram os debates sobre o assunto. São expostos, também, dados levantados por órgãos internacionais que trazem informações sobre a fome no mundo e no Brasil e análises construídas no âmbito do Serviço Social sobre o tema e a relevância e o diferencial da profissão na construção de pesquisas e publicações sobre a fome. Estas foram identificadas a partir das palavras-chave fome, a insegurança alimentar e nutricional e Serviço Social em sites e revistas conhecidas nacionalmente pela categoria. Os resultados expressam que a produção teórica sobre o tema na área de Serviço Social ainda é pouco expressiva, porém trouxe elementos importantes que contribuem no processo de desnaturalização da fome, concebendo-a enquanto uma das expressões da questão social. Aponta-se ainda a necessidade de uma ampliação dos debates e discussões referentes ao direito humano à alimentação adequada, um direito básico que a categoria profissional lida diretamente com a viabilização de seu acesso. Isso advém de uma construção teórica da profissão focalizada ainda na assistência, sendo primordial ampliar o olhar também para análises e pesquisas em outros temas e em outras políticas a partir de uma perspectiva de totalidade.

Palavras-chave: Fome. Serviço Social. Insegurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The Final Paper focuses on the issue of hunger and the theoretical contributions in the process of denaturalizing discussions on the subject. The central objective is to analyze hunger as one of the expressions of the social question, analyzing the theoretical discussions that focused on the denaturalization of the theme and the contribution of Social Work in this construction. The methodological procedures used include a bibliographical survey and a bibliographical, digital, and documentary research on the subject. The construction of this paper is presented in a linear way, from authors and documents that marked the history of society, focusing on works that brought debates on the subject. Data collected by international bodies that bring information about hunger in the world and in Brazil and analyzes built within the scope of Social Work on the subject and the relevance and differential of the profession in the construction of research and publications on hunger are also exposed. These were identified from the keywords hunger, food insecurity and Social Work on nationally known websites and magazines for the category. The results express that the theoretical production on the subject in the area of Social Work is still not very expressive, but it brings important elements that contribute to the process of denaturalizing hunger, conceiving it as one of the expressions of the social issue. It also points out the need for an expansion of debates and discussions regarding the human right to food, a basic right that the professional category deals directly with the viability of its access. This comes from a theoretical construction of the profession still focused on assistance, being essential to broaden the look also to analyzes and researches in other themes and in other policies from a perspective of totality.

Keywords: Hunger. Social Work. Food Insecurity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL : EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	14
2.1 FOME: UM FENÔMENO NATURAL?	14
2.2 CONTRADIÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: AVANÇOS DA PRODUTIVIDADE X FOME	18
3 DESNATURALIZAÇÃO DA FOME: JOSUÉ DE CASTRO E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E AS CRÍTICAS DO AUTOR AO NEOMALTHUSIANISMO	22
4 TRAJETÓRIA DOS DEBATES TEÓRICOS E DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL	33
4.1 A FOME NO BRASIL: A CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DESSA PROBLEMÁTICA	33
4.2 OS DEBATES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIA	50

LISTA DE ABREVIATURAS

ASCOFAM - Associação Mundial de Luta contra a Fome
CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CF 88 - Constituição Federal de 1988
CMA – Cúpula Mundial da Alimentação
CNA – Conferência Nacional de Alimentação
CNAN - Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EUA – Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para Fome e Alimentação
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITA – Instituto de Tecnologia Alimentar
MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
NG4 - Cúpula Nutrição para o Crescimento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAM - Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas
PNAE – Política Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar
PT – Partido dos Trabalhadores
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social
STAN – Serviço Técnico de Alimentação Nacional
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

1 INTRODUÇÃO

Desde a consolidação do Capitalismo tanto na Europa, quanto no Brasil, com a colonização, a fome e a insegurança alimentar tem sido uma realidade na vida da população, onde a alimentação se encontra desprovida de nutrientes essenciais a satisfação das necessidades humanas. A fome, aceita como algo natural resultante do desenvolvimento humano enquanto sociedade, passa a ser discutida e desmistificada, especialmente a partir do século XX. Como defendido pelo autor mundialmente conhecido, Josué de Castro, a fome é um processo que foi naturalizado como algo natural, porém, advém do resultado do desenvolvimento capitalista no Mundo, ou seja, pelo próprio Homem.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um direito básico, garantido pela constituição, seja no Brasil ou no Mundo, e que seja ligada diretamente à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Alguns estudos demonstram que ambos, como DHAA e SAN, começaram a ser discutidos na Europa pós-guerra, quando se começou a ter uma baixa na produção de alimentos e seus governantes precisam tratar como um problema de segurança nacional. A discussão ganha força quando se tem a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada pela Organização das Nações Unidas, em 1948. Nela se encontram diretrizes, obrigações e deveres dos representantes governamentais com seus cidadãos.

Assim, como outros profissionais formados e possuidores de instrumentos para trabalhar com a viabilização de direitos, com foco em políticas públicas, o Assistente Social deve ter um amplo acesso e conhecimento sobre a diversidade de demandas que surgem no cotidiano da vida humana. Encontrar artigos, teses e afins sobre a temática da fome e insegurança alimentar, não área do Serviço Social, torna-se uma tarefa difíceis, pois são escassas as publicações sobre o tema, mesmo se tratando de uma violação de direito básico de um ser humano. Portanto, tendo em vista a pouca discussão sobre essas temáticas na área do Serviço Social, seja em produção teórica ou debates em sala de aula, é que surge o interesse e a importância deste presente trabalho.

A motivação que levou a construção deste TCC se deu com a inserção da autora, pelo programa de Estágio, no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e

Nutricional do Estado de Santa Catarina. Um ambiente no qual a autora nem mesmo sabia que poderia ter a presença de um profissional de Serviço Social atuando. Ao pesquisar para se inteirar sobre o ambiente rico ali presente, pode perceber que os documentos produzidos por assistentes sociais dentro da área eram praticamente raros comparados a outras temáticas comuns.

A partir dessa experiência, a presente pesquisa foi desenvolvida com base nos seguintes questionamentos: Porque deve-se existir discussões sobre a fome e a Insegurança Alimentar dentro da profissão? Qual a importância do papel do Serviço Social no processo de produção teórica sobre a temática e sobre a desnaturalização da fome? Quais as contribuições da área de Serviço Social neste processo?

Em relação aos objetivos específicos, pretende-se apresentar de forma linear a produção teórica ao longo da história do desenvolvimento capitalista na Europa e os reflexos no Brasil; sobre o processo de desnaturalização da fome e a influência de Josué de Castro; os avanços e retrocessos das políticas de combate à fome no Brasil; e, por fim, o debate, as produções teóricas e a importância deste tema no âmbito do Serviço Social.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do TCC abrangem um levantamento bibliográfico sobre o tema, trazendo as principais teorias que contribuíram para a naturalização da fome e aquelas que contribuíram para o processo de desnaturalização da questão. A pesquisa no âmbito do Serviço social partir de uma pesquisa bibliográfica com uma análise quantitativa e qualitativa das publicações.

Consideram que, do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. A primeira atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos: “níveis ecológicos e morfológicos”, na linguagem de Gurvitch (1955). A segunda trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. A segunda adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. (MINAYO, 1993).

A pesquisa foi desenvolvida a partir de materiais advindos de livros/artigos publicados de forma digital, com o objetivo de obter informações requeridas para dar sustentação teórica para a análise dos objetos delimitados. Os textos que foram

selecionados e utilizados, correspondem ideias advindas de autores que debatem sobre o assunto, para servirem como esqueleto para a construção dos capítulos deste trabalho.

Na sua estruturação, teve-se como objetivo analisar contextos sociopolíticos e históricos, de forma linear, que trouxeram a elucidação dos debates sobre a fome e a importância de uma política pública de segurança alimentar no Brasil, destacando relevância da produção do conhecimento do Serviço Social acerca da questão da fome e da violação do direito humano à alimentação.

O trabalho está constituído de cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução e o quinto a conclusão.

O segundo capítulo trata acerca da evolução dos debates sobre a fome como uma expressão da questão social, com a elucidação das contradições dadas sobre a problemática causada pelo avanço capitalista.

O terceiro, aborda discussões a respeito do direito humano à alimentação com a contribuição e críticas de Josué de Castro ao pensamento neomalthusiano no processo de construção da desnaturalização sobre a fome.

O quarto tratará sobre a trajetória dos debates teóricos sobre o tema e da política de alimentação no Brasil, trazendo elementos sobre a produção teórica referente ao tema no Serviço Social.

Por fim, a conclusão apresenta considerações importantes identificadas através do estudo da temática.

2 FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A compreensão da temática deste trabalho exige uma retrospectiva histórica, trazendo o desenvolvimento do próprio capitalismo para entender a sua relação com a fome e a pobreza no Brasil e no mundo. A luta pela preservação da vida faz parte da história humana, se modificando aos diferentes momentos históricos, políticos, econômicos e culturais, mas mantendo um ponto em comum: a fome.

Pensar na alimentação e no combate à fome significa trazer em discussão o processo de produção, distribuição e qualidade dos alimentos, situando a discussão em uma perspectiva mais ampla, relativa à disponibilidade dos alimentos, o acesso das pessoas aos mesmos e um consumo adequado. É trazer, junto, a consciência de que a apropriação do alimento constrói o indivíduo desde sua singularidade ao ser social. A fome, em seu nível de abrangência e quantidade não é natural, mas sim fruto de diferentes momentos históricos. A complexidade e o avanço do fenômeno são agravados com o surgimento do capitalismo. No entanto, a compreensão de que a fome, assim como outras expressões da questão social, é fruto deste processo que gera desigualdades em meio ao crescimento de riquezas é desenvolvida a partir do século XX, quando alguns autores desnaturalizam o fenômeno, entre eles destaca-se o brasileiro Josué de Castro, como será apresentado neste capítulo.

2.1 FOME: UM FENÔMENO NATURAL?

A disputa de acúmulo de bens, ao longo da história do homem, explica o seu movimento histórico marcando as fases da evolução da sociedade. Esse acúmulo, que é em grande quantidade, mas para uma parcela pequena da população, é onde o avanço da desigualdade na sociedade capitalista se torna uma ferramenta de controle sobre a população mais empobrecida. No entanto, também existiram diversas concepções que naturalizavam o fenômeno da fome, da pobreza e das desigualdades, especialmente anteriores ao século XIX, mas que deixam marcas nas formas de se ler a realidade social até os dias atuais. A expansão do capitalismo alavancada como Revolução Industrial fez a forma de vida nômade e a economia agrária de subsistência, que unificava as comunidades, se tornarem extintas. Se esse tipo de sociedade não fosse separado, não seria possível a exploração da mão de obra e do produto produzido por ela.

Os séculos XIV e XV são marcados pela profunda crise, a qual tem-se de um lado a intensa difusão das transações monetárias em seu interior, e de outro lado, a desintegração da estrutura feudal em decorrência do desenvolvimento de suas próprias contradições internas. A população camponesa foi a mais atingida principalmente em decorrência da forma como se vivia, além das doenças da época, que estavam distantes da população pobre. Como bem se vê, a fome se instala na sociedade humana atingindo até mesmo o trabalhador, desde os primórdios da organização laboral. (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O Pobre nas sociedades pré-industriais era visto não como um titular de direitos, mas um perigo à ordem pública - Leis dos Pobres inglesas (*Poor Laws*). A miséria humana era explicada por forças biológicas ou naturais, que não podiam ser alteradas por nenhuma espécie de legislação. (PEREIRA, p. 71-73).

No período da Idade Média até Séc. XIV o cuidado dos pobres era de responsabilidade da Igreja ou realizado pela ajuda mútua. As Leis dos Pobres a partir do Séc. XIV emergem a partir de uma lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, em um contexto de generalizada miséria, desabrigados e epidemias. É neste cenário que se constata que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens.

Thomas Malthus em sua obra “Ensaio sobre o Princípio da População” (1798) trazia a ideia de contingenciamento do crescimento populacional, sendo utilizado a forma natural e a forma de prevenção. O natural, segundo ele, seria decorrente de causas naturais como a fome, as guerras, as doenças, etc. Malthus acreditava que para evitar esses acontecimentos naturais, seria necessário que a população mais pobre praticasse a abstinência sexual ou o atraso nos casamentos. Além, também, de qualquer forma de assistência aos pobres, pois, para ele, seriam maneiras de incentivar a procriação e o aumento dessas famílias. (PEREIRA, 2009, p.71-72).

Portanto, ao pobre restava a submissão a três grandes injunções: ser um bom cristão e praticar total abstinência sexual, até ter condições financeiras para contrair casamento; aprender com os ricos a ser providente e prudente; e não mais depender das ajudas institucionais, pois elas traziam mais problemas que soluções. (PEREIRA, 2009, p.72).

Outro argumento de Malthus, era de que a Lei dos Pobres permitia que o pobre se tornasse dependente dos auxílios dados pelas paróquias, assim como a distribuição gratuita de alimentos que causavam comodismo e prejudicavam aqueles

que trabalhavam para se sustentar, tendo um aumento nos preços dos alimentos. Assim, a única ajuda que deveriam ter, seriam deles próprios, forçando-os a serem produtivos e evitando a procrastinação. (PEREIRA, 2009, p.72).

O reverendo Joseph Townsend (1739-1816) também era defensor do pensamento de que as Leis dos Pobres “destruíam o espírito de autoajuda, de ambição e empreendimento, assim como do medo da insegurança social - tornando o pobre indolente, extravagante e viciado” (PEREIRA, 2009, p.73). Porém, seu pensamento não influenciou tanto quanto o de Malthus.

A tese de Thomas Malthus influenciou fortemente o pensamento do economista David Ricardo (1772-1823), o qual defendia a tese denominada de Lei de ferro dos salários, com base em uma economia totalmente agrícola. A lei, para Ricardo que

se toda economia é uma exploração agrícola gigantesca, que visa distribuir seu produto a diferentes classes da sociedade, o aumento da população proporcionará uma oferta crescente de trabalho, que forçará a ampliação de cultivo de terras menos férteis (com custos mais elevados) ou a aplicação de capital adicional em terras já cultivadas, com rendimentos decrescentes. Isso geraria, segundo ele, um problema de desequilíbrio entre custos e lucros, que deveria ser evitado, pois, sem lucros, as terras menos férteis não seriam cultivadas. (PEREIRA, 2009, p.73).

Ou seja, exigiria uma tomada de ações para que se mantenha o equilíbrio, repercutindo negativamente no lucro e, conseqüentemente, causando a diminuição dos salários. Ricardo propôs como uma possível solução, inspirados na ideologia liberal de autoajuda de Adam Smith, um programa econômico independente da intervenção estatal, focando no individualismo. Assim, “afirmava que generosas ajudas sociais retirariam recursos financeiros de investimentos econômicos que aumentariam o emprego e valorizariam o trabalho.” (PEREIRA, 2009, p.74).

Várias propostas foram sugeridas para a substituição da primitiva política social, porém não se encaixavam no novo modelo econômico que se instalava: o liberal. A Comissão Real de 1832 surgiu em meio à crescente vertente que se espalhava pela Europa, com o intuito realizar um relatório para administrar e aplicar a Lei dos Pobres, se tornando um marco na história da política social. Desse relatório temos o surgimento da Nova Lei dos Pobres (*Poor Amendment Act*), um novo tipo de política social, pautada no liberalismo e utilitarismo, para substituir a antiga lei. Criado por Nassau Senior (1790-1864) e Edwin Chadwick (1800-1890), o documento não dava uma base palpável da realidade e ideias para combaterem a pobreza, mas sim a tentativa de fortalecer a ideologia capitalista liberal. (PEREIRA, 2009, p.74-76).

O Relatório exigia algumas recomendações as quais podemos destacar por sua influência na Nova Lei dos Pobres:

O princípio da menor elegibilidade, que incluía os testes de meios; a internação nas Workhouses, como um teste de aferição de merecimento; e a centralização administrativa, com uniformização das atividades assistenciais das paróquias. (PEREIRA, 2009, p.76).

O princípio da menor elegibilidade trazia consigo o processo de valorização do trabalho, a fim de eliminar o pensamento da valorização da assistência tornando a internação nas Workhouses necessárias. Edwin Chadwick, inspirado no pai do utilitarismo Jeremy Bentham (1748-1832), foi quem trouxe a discussão e diferenciação do indivíduo pobre e o indivíduo indigente.

Os pobres seriam aqueles que, em busca de subsídios complementares aos baixos salários, deveriam ser internados nas workhouses (Blakemore), após passarem pelo seguinte teste: se o solicitante da ajuda não concordasse com os termos do tratamento institucional que lhe seria dado, ele não receberia nada; mas, se concordasse, significava que a sua necessidade era verdadeira. (PEREIRA, 2009, p.77).

Os indigentes seriam aqueles que não teriam, principalmente capacidade laboral, sendo assistidos unicamente pela Nova Lei dos Pobres. Essa tinha como objetivo de

reforçar o mercado livre, fortalecer a autoridade do sistema industrial e abolir a assistência externa baseada nas seguintes justificações de inspiração *benthamiana*: retiraria os pobres (os que tinham salário subsidiado) da tutela da antiga *Poor Law*; restauraria o princípio do trabalho, fazendo com que os assistidos prestassem algum serviço em troca do apoio institucional; e provia os pobres de um padrão de vida abaixo do que possuía o trabalhador independente pior remunerado (*princípio da menor elegibilidade*). (PEREIRA, 2009, p.77).

Assim, se abria espaço para a expansão do capitalismo liberal com garantia de não se ter nada que impeça seu avanço. Essa nova estrutura exigiu que se tivesse um “Escritório Central”, com finalidade administrativa na qual fiscalizava até mesmo as paróquias locais.

Sabe-se que o fim da ordem feudal instituiu a transição para uma nova ordem: a capitalista. O fim da história de uma fez nascer outra. Nesse segundo momento, o trabalhador vivencia um processo no qual, na condição de produtor, deve usar da sua força para produzir, e para tal necessitava romper o vínculo de proprietário da terra e seu próprio senhor. Passa, assim, a se tornar escravo do seu trabalho na condição de mercadoria e “devedor” de seu patrão. Assim, ao longo da história do homem, se tem

a transformação dos trabalhadores produtores em assalariados, tornam-se vendedores de si próprios para assegurar sua sobrevivência, porque retiraram todos os seus meios de produção e todas as garantias de existência oferecidas pelo antigo modo civilizatório.

2.2 CONTRADIÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: AVANÇOS DA PRODUTIVIDADE X FOME

Somente no século XIX que a ideia de direito passa a ser requerida pela sociedade e efetivada pelos poderes públicos, ainda em uma perspectiva bismarckiana e marcada por iniciativas ainda incipientes no âmbito das políticas. Este é um período marcado por novas concepções sobre a pobreza que contribuem para desmistificar a ideia de culpabilização dos pobres e de naturalização pela situação de miséria em que se encontravam.

Entre 1838 a 1848 tem-se o que se conhece hoje como o movimento cartista, onde inúmeros reclamações a despeito das insalubres condições dos trabalhadores, exigindo melhores condições de trabalho e participação social em ambientes políticos. Charles Dickens (1812-1870) foi um escritor que se destacou por explicitar as condições desumanas nas casas de acolhimento de crianças e idosos da sua época, e dos responsáveis legais do ambiente. Tem-se a criação de cooperativas de produção, criadas pelos chamados socialistas utópicos, gerenciadas coletivamente pela população mais pobre. (PEREIRA, 2009, p. 80).

Outro socialista utópico famoso é o Robert Owen (1771-1858) conhecido por disponibilizar aos trabalhadores suas fábricas, para que pudessem vivenciar o respeito, educação e independência da classe opressora. Este também ficou conhecido por dar uma ligação entre a palavra “socialismo” e “cooperação” à nova ideologia anticapitalista liberal. Porém, esse pensamento foi reformulado por dois pensadores que hoje conhece-se por serem “pais do comunismo”, Marx e Engels que defendiam o fim da relação capitalista de produção, diferente dos socialistas que pensavam na mudança dessas relações. (PEREIRA, 2009, p. 80).

Todavia, o grupo Fabianos se destaca entre inúmeros que lutavam para tirar a Nova Lei dos Pobres nas mãos do individualismo utilitário, destacando intelectuais como Beatrice e Sidney Webb, T.H. Marshall, William Beveridge, etc. Grupo este que surgiu pelo casal Beatrice e Sidney Webb, os quais baseiam-se na ideologia do

socialismo reformista, que propunha mudanças táticas e graduais no seio do capitalismo, como: o Sufrágio feminino, a legislação do salário e da jornada de trabalho, a melhoria da saúde e da educação. (FRIEDLANDER apud PEREIRA, 2009, p. 80).

Por volta de 1886, manifestações a despeito da desmistificação das causas da pobreza começam a aparecer. Documentos realizados por Charles Booth (1840-1916) e Seebohm Rowntree (1871-1954) mostravam como a pobreza advinha da ausência de condições humanas de trabalho e salários dignos dos mesmos, não de uma moral fraca. Essa análise gerou uma grande movimentação por parte das classes sociais, fortalecendo as organizações dos trabalhadores da época, o que poderia-se chamar hoje de questão social. (PEREIRA, 2009, p. 81).

Nesse contexto, em meados do século XIX, após milhares de anos de evoluções diferenciadas e de interferências dos sistemas agrários, os povos do mundo se viram como herdeiros de agriculturas muito diferentes entre si e produzindo de forma muitíssimo desigual. Contudo, sabe-se que o mercado, grande movimentador da economia, como um dos elementos da cultura humana, é resultante do desenvolvimento das relações entre os homens e as sociedades. (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A expansão do capitalismo fez surgir períodos na história da sociedade, em que a miséria se perpetua em meio ao avanço e modernização na produção de alimento e mercadorias, estes não foram suficientes para impedir a fome universal e uma mortalidade geral que não poupou os seres humanos. O século XIX, traz cada vez mais o aumento da população em situação de vulnerabilidade, à medida que a expansão econômica crescia, e tanto no campo como nas cidades, a pobreza está associada à absoluta necessidade de trabalho cotidiano. Os camponeses foram os mais atingidos, ficando sem solo para o plantio, levando-os à necessidade de empréstimo para consumo imediato, levou-os ao endividamento, gerando ainda mais misérias. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 491-569).

Ao longo da história da humanidade, diversas formas de apropriação e expropriação criadas historicamente mantêm boa parte da humanidade vivendo em condições de violação das necessidades básicas. Para obter seus meios de subsistência, no modo de produção capitalista, o trabalhador passa a colocar seu serviço à disposição deste e, ao fazê-lo, renuncia também a qualquer propriedade

sobre seu próprio produto. Essa submissão ocorre porque o poder de dispor das subsistências indispensáveis à vida se encontra do lado contrário. De um lado temos a criação de tecnologias que permitem a obtenção de elementos de subsistência que garantem a preservação e a reprodução da vida humana, de outro, se criam estratégias que a põem em constante perigo.

Já nos anos 40, a população europeia sofreu com a destruição causada pelas guerras, principalmente no que tange à infraestrutura agrícola. Com a Segunda Revolução Industrial, que teve seu fim em 1945, além da produção, os meios de aumentar cinquenta vezes a produtividade entre a agricultura manual e a motorizada como também forneceu os meios de colocá-las em concorrência. Após a Segunda Guerra Mundial, a motorização dos transportes rodoviários, há um prolongamento dos transportes marítimos, ferroviários e aéreos, se expandindo em todas as regiões do mundo, inclusive no interior dos países em desenvolvimento. A eficiência desses transportes aumentou a produtividade e distribuição, diminuindo seus custos a tal ponto que a maior parte das agriculturas do mundo não está mais livre da concorrência da agricultura mais desenvolvida. Logicamente, as grandes plantações agroexportadoras foram as primeiras a se beneficiarem nos períodos de altos preços, aproveitando para equipar-se cada vez mais e expandir, triplicando seu lucro em detrimento da economia camponesa. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 491-569).

Com o progresso da segunda revolução agrícola: a seleção de variedades mais exigentes em adubos e mais produtivas, a preparação de adubos minerais e tratamentos químicos específicos, protocolos de conduta dos cultivos e, às vezes, até de grandes máquinas, de colheita ou outras, especializadas. Certamente, esses novos meios de produção de custo muito elevado só foram adotados em sua totalidade pelos grandes estabelecimentos capitalistas ou estatais, e pelas camadas mais ricas da agricultura camponesa, enquanto, na falta de meios, a grande maioria do campesinato continuou com o cultivo manual e não teve acesso, a não ser de modo muito limitado, às variedades melhoradas e os adubos.

A Revolução Verde teve seu início nos anos 1950, na América do Norte, tendo seu marco no México na década de 1960, expandindo-se pelos demais continentes no decorrer dos anos 70-80. Esta, se encontra profundamente ligada na construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional, analisando todo o contexto internacional de sua gênese. Esse movimento, traz a extensão de certos elementos

da segunda revolução agrícola como, a seleção genética, fertilização mineral, tratamentos, cultivo puro de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, estrito controle da água, principalmente para alimentos que eram cultivados nos países em desenvolvimento. Concebida dessa forma, a revolução verde permitiu aumentar muito fortemente a produção em vários países, mas pouco podia, pelo menos em seu início, contribuir para salvar e desenvolver a agricultura camponesa pobre das regiões pouco favorecidas dos países em desenvolvimento. É notório que as distâncias não foram abolidas mesmo com essa grande inovação, os custos de transporte não foram baixados e os obstáculos institucionais ao comércio internacional, como taxas e contingenciamento, são ainda reais e pesados. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 491-569).

A população camponesa, empobrecida, explorava ao máximo a terra degradada, aproximando-se perigosamente do limite da sua sobrevivência. A colheita, feita de forma inadequada, os obriga a se endividar para que se tenha o que comer durante o processo de crescimento dos alimentos para a colheita seguinte. Caso se tenha uma boa colheita, o camponês, endividado, consegue reembolsar sua dívida. Infelizmente, devido a vários fatores (sociais, econômicos e climáticos) as condições de produção diminuíram, tornando as colheitas boas, raras, resultando em falta de sobra para comer. A massa desses camponeses que utilizam do cultivo manual, a redução dos preços agrícolas reais que ocorre há mais de meio século levou, em primeiro lugar, a uma diminuição de seu poder de compra. Isso fez com que a maioria se tornasse incapaz de investir em materiais de produção mais modernos, comprar sementes melhoradas geneticamente, adubos e produtos de tratamento. Ou seja, o impedimento no desenvolvimento destes na produção, foi resultado, também, da queda dos preços agrícolas. (MAZOYER; ROUDART, 2010. p. 491-569).

É importante ressaltar, que a enorme explosão de desigualdades de produtividade e de ganhos entre as diferentes agriculturas do mundo, uma explosão que ocorreu no século XX, foi devido a fraca penetração da revolução agrícola e a revolução dos transportes dessas mercadorias. Assim, essa parte da população marginalizada, é então obrigada a endividar-se cada vez mais cedo e mais forte. Quando essa forma de sobrevivência se extingue, famílias tentam se manter, enviando geralmente membros familiares para centros urbanos à procura de empregos externos, temporários ou permanentes, enfraquecendo ainda mais sua

capacidade de produção. Outros agricultores, principalmente dos países em desenvolvimento, reduziram ou abandonaram os cultivos reservados à venda, a fim de destinar uma parte crescente de suas forças às produções de exportação que sofriam menos concorrência. A violação do direito humano à alimentação envolve vários outros fatores, não apenas a violação da renda ou da disponibilidade de alimentos.

O século XX se encerra com as novas formas de miséria que a expansão econômica trouxe no seu desenvolvimento, e tanto no campo como nas cidades a pobreza está associada à expansão da riqueza concentrada. Os movimentos sociais, políticos e as novas análises sobre o tema, desnaturalizam a questão e cobram a responsabilidade do Estado e da sociedade frente a uma questão que não mais se sustenta por análises que naturalizam a fome. Daí a importância de se trazer a elucidação do papel dos movimentos sociais e dos órgãos públicos no dever do acesso à direitos básicos, entre estes, o alimento.

3 DESNATURALIZAÇÃO DA FOME: JOSUÉ DE CASTRO E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E AS CRÍTICAS DO AUTOR AO NEOMALTHUSIANISMO

O Alimento é a fonte de sobrevivência do ser humano, sendo necessário o seu acesso de qualidade e quantidade para saciar e manter o corpo em funcionamento. Para que se torne possível a produção desses alimentos e seu acesso são indispensáveis medidas humanas efetivas para que isso seja concretizado, ou seja, a questão da fome não é um fenômeno natural. Ele é construído e se perpetua por longos séculos em uma sociedade capitalista marcada pela miséria em meio à abundância. Infelizmente nem sempre o pensamento foi sempre assim.

Um dos principais propagadores das teorias que naturalizam a fome e mundialmente conhecido, Thomas Robert Malthus (1766-1834), defendia uma visão diferente daquela referida no parágrafo anterior sobre as principais causas e efeitos relacionados à fome. Na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, partimos das atuais concepções que identificam diferentes dimensões (produção, disponibilidade, utilização, acesso econômico e físico e distribuição) que estão imbricadas à questão. Porém, outras percepções, como vimos anteriormente, também buscavam explicar a fome a partir de outros argumentos.

Em sua obra “Ensaio sobre o princípio da população”, Malthus, que viveu a maior parte da sua vida como pastor da Igreja anglicana, dizia que que o homem que não pode viver do seu trabalho, tanto pior para ele e para a sua família e, como Pastor deve advertir aos noivos que se casarem e tiverem filhos, as crianças não terão nenhuma ajuda. E ainda deixava claro que as epidemias eram necessárias para ajudar no controle da população. (ZIEGLER, 2012, p. 77-81).

Esse autor acreditava que havia “uma incompatibilidade entre a capacidade de reprodução humana e a possibilidade de produção dos meios de subsistência, uma vez que a população, quando não controlada, tende a crescer em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência aumentam em progressão aritmética” (MALTHUS, 1996, p. 246).

Malthus refutava qualquer intervenção vinda do Estado a fim de amenizar a miséria de grande parte da população por meio de auxílio material daqueles incapazes de prover o próprio sustento e o de sua família. Para ele, a fome “era necessária para que se tivesse um controle da natalidade, evitando o crescimento da população humana” (ZIGLER, 2012, p. 77-81). Como adeptos aos seus pensamentos e obras, os neomalthusianos, não possuem a perspectiva de modificações das estruturas sociais e econômicas da realidade, inclusive a diferença social entre os países.

Estatísticas posteriores não confirmaram as ideias de Malthus, tanto em relação à taxa de crescimento da população, quanto à produção de alimentos. Novas descobertas químicas e técnicas permitiram um expressivo aumento da produtividade agrícola e da utilização de métodos anticoncepcionais, já utilizados no início do século XX, que reduziram o crescimento da população. Porém, Josué se deparou com o contexto da chamada Revolução Verde e de retomada das ideias de Malthus por autores neomalthusianos como William Vogt (1951), que reafirmavam ser necessário o controle da natalidade para salvar o mundo da fome diante da “escassez” de recursos naturais. Josué buscou, incessantemente, mostrar ao mundo o quanto eram falsas e insustentáveis as teorias malthusianas e neomalthusianas. Em Geopolítica de fome (1950) esta crítica aparece de forma incisiva. [...] Josué se contrapõe a tais teorias e argumenta a existência de recursos naturais suficientes para alimentar toda a humanidade e critica, de forma enfática, as ideias de que os solos cultiváveis do mundo são limitados e esgotáveis e de que o crescimento das populações é naturalmente ilimitado. (SCHAPPO, 2008, p. 44-45).

Josué de Castro (1908-1973), autor do Livro “Geografia da fome”, traz em suas obras a desmistificação da fome como uma vontade da natureza e a conceituou como um fenômeno social. Castro diz:

a própria História desmentiu inteiramente a previsão de Malthus. Nos primeiros anos que se seguiram à publicação de suas teorias, o crescimento das populações do mundo parecia confirmar suas previsões. Mas, antes do fim do século, já esse crescimento retardava o seu ritmo inicial. Começou a baixar a natalidade das populações de vários países, surgindo, ao lado do perigo da superpopulação, o perigo da subpopulação. (CASTRO, 1957, p.65).

Assim, afirmava ser a fome “o produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, que permitiam a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero”. (CASTRO, 1965, p. 49).

O autor mundialmente conhecido, rebatia as propostas que pensadores neomalthusianos manifestavam, denunciando-as como maneiras errôneas de eliminar o problema da fome. Como traz Castro,

Os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos. Aumentando a pressão demográfica do mundo, mercê do seu delírio reprodutivo, esses povos famintos não passam, a seu ver, de povos criminosos, criminosos culpados desse feio e tremendo crime de passar fome. A teoria neomalthusiana é, em última análise, uma teoria do faminto-nato. O faminto passa fome porque é faminto-nato, como o criminoso da antiga teoria lombrosiana mata e rouba por ser criminoso-nato. Como os criminosos-natos, merecem os famintos um castigo exemplar e, por isto, os neomalthusianos os condenam ao extermínio, individualmente, levando-os a morrer de inanição, e coletivamente, controlando-lhes os nascimentos, até que desapareça do mundo a raça dos famintos-natos, desses criminosos-natos, culpados do crime masoquista de criar a fome e sofrer suas consequências. (CASTRO, 1957, p. 66-67).

Josué de Castro ao fazer a crítica a esse pensamento neomalthusiano compreendia, então, o problema da fome não sendo causada, necessariamente, pela falta de alimentos e, como já citado, não se tratava de um fator natural. A alimentação inadequada, onde são ingeridos alimentos que não possuem os nutrientes responsáveis pela manutenção e equilíbrio da saúde, desenvolvem doenças que assolam as populações pobres, como a morte por conta da subnutrição das crianças, ou até mesmo a obesidade. Assim, para ele, o significado da fome não se limitava a falta de alimento, mas como algo além e que desenvolve outros milhões de problemas na saúde. Por não ser um problema natural, que, segundo ele, “era resultante das questões que fugiam ao controle do homem, mas sim um produto das relações econômicas que fizeram com que apenas uma pequena parcela da população tivesse acesso aos bens produzidos”. (ZIGLER, 2012, p. 77-81).

Seus estudos sobre a fome, tem mostrado constante preocupação com a permanência e a sobrevivência da vida humana. Castro também traz que a educação universal e de qualidade seria capaz de mudar o quadro da fome e desnutrição do Brasil e até mesmo no mundo. Em uma de suas obras, a “Estratégia para o Desenvolvimento Econômico” de 1970, sobre o papel da educação para os países subdesenvolvidos, Castro (1970) diz:

Uma educação que liberte o homem, eis ao que aspiram os povos do Terceiro Mundo. E isto supõe uma pedagogia de liberdade que os liberte da dominação da Natureza, mas também da dominação de outros grupos humanos - de todos os tipos de dominação. Quer isto dizer que é preciso educá-los para se libertarem econômica, política e espiritualmente. (CASTRO apud COMUSAN, 2013, p. 22).

Nessa conjuntura, Josué de Castro trouxe o questionamento a respeito da escassez de documentos acerca da quantidade de pessoas em situação de fome no Brasil, impossibilitando uma real apreensão do tamanho do problema. No prefácio da sua obra “Geografia da fome”, o autor revela:

É realmente estranho, chocante, mesmo a observação, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações. Consultando a bibliografia mundial sobre o assunto, verifica-se a sua extrema exigüidade. Extrema quando a pomos em contraste com a minuciosa abundância de trabalhos sobre temas outros de muito menor significação. Tal pobreza bibliográfica se apresenta ainda mais estranha e mais chocante quando meditamos acerca do conteúdo do tema da fome - de sua transcendental importância e de sua categórica finalidade orgânica. (CASTRO, 2008, p. 11).

Com isso, percebe-se a importância das concepções e de uma educação voltada para desmistificar concepções naturalizadoras das expressões da questão social, entre elas a questão da fome. Sua relevância é revelada não apenas com vistas a informar a população, mas, principalmente, visando a expressar a situação econômica nacional e exigir a responsabilidade do Estado e da sociedade frente a esta questão.

Revelar o ocultamento da realidade presente em teorias, como a de Malthus que naturalizam e culpabilizam os pobres pelos quadros de fome contribui para pensar novas possibilidades de intervenção política sobre essa questão. Pode-se aferir que as concepções neomalthusianas contribuem para isentar a responsabilidade dos governos sob a sociedade, do modelo econômico que afeta negativamente as classes

sociais mais baixas, deslocando essa culpa para a natureza e justificando a fome de uns e a abundância de outros.

Ao realizar essa crítica e firmar sua concepção sobre a fome e seus fatores determinantes Josué de Castro evidenciava a necessidade da adoção de políticas públicas capazes de tornar efetivo e permanente o combate à fome e à desnutrição. O conceito, denominado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que reconhece o direito de cada cidadão de ter alimento em quantidade e qualidade suficientes para sua sobrevivência, é o resultado dessa compreensão. Além de contrapor os argumentos opostos, Josué de Castro apresentava soluções para o problema. Para ele,

Era necessário aumentar a produtividade por meio do uso de novas técnicas agrícolas, combater a estrutura fundiária que na maioria dos países criava empecilhos à ampliação da produção de alimentos, e alterar o sistema econômico e as regras do comércio mundial, que impediam o acesso de milhões de pessoas à comida. (CASTRO, 1957, 2001a, 1968b; ASCOFAM, 1958).

Assim, Castro argumenta a importância de medidas estruturais e de se promover o desenvolvimento não apenas econômico, mas também social para combater a questão da fome, enfatizando que, para isso acontecer, é preciso que se tenham mudanças profundas no sistema econômico mundial. De fato, para ele,

embora o desenvolvimento econômico de cada país deva constituir uma responsabilidade nacional é evidente que sem uma ampla cooperação internacional é muito difícil que este desenvolvimento se processe em ritmo desejável nos países pouco desenvolvidos, de forma a reservar o equilíbrio político e social do mundo. [...] O desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas não se pode fazer sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados, oriundos das zonas mais ricas do mundo. (CASTRO, 1968b, p. 58-59).

É importante trazer e destacar a atualidade na ideia da necessidade de uma ação global, pois a própria FAO, 2021, traz em seu relatório:

Essa transformação dos sistemas alimentares exige mudanças sistêmicas inovadoras apoiadas por um ambiente propício de instituições, políticas, leis, regulamentos e investimentos com objetivos coerentes e complementares, em todos os setores. Além disso, são necessárias transições incrementais em pequena escala e mudanças estruturais em instituições, legislação e padrões em maior escala – de forma coordenada e integrada – para alcançar a transformação desejada. É importante ressaltar que a ação coordenada de todos os principais atores dos setores público e privado, academia, sociedade civil e instituições internacionais é essencial, como é reconhecido pelos eventos globais acima mencionados. Os desafios associados à realização de tais mudanças são imensos e exigem uma mobilização significativa de recursos financeiros, garantindo ao mesmo tempo a identificação de soluções vantajosas para todos e a gestão de trade-offs. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021, Capítulo 4).

A urgência da adoção de políticas que facilitem o acesso ao alimento em uma perspectiva mais ampla, já era trazido por Castro em suas obras, onde dizia:

A verdade é que não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, isso porque, se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas, criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo. Daí a necessidade de que a política de alimentação cuide tanto da produção quanto da distribuição adequada dos produtos alimentares, e daí a necessidade de que esta política seja planejada em escala mundial. (CASTRO, 1957, p. 495).

Hoje, ainda é urgente e necessário que haja coerência na formulação e implementação de políticas e investimentos entre sistemas agroalimentares, de saúde, proteção social e ambientais é essencial para construir sinergias em direção a soluções de sistemas alimentares mais eficientes e eficazes para fornecer dietas saudáveis a preços acessíveis para todos. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021, Capítulo 4).

Sendo assim, as ideias de Josué de Castro mostram uma relação intrínseca entre economia, fome, alimentação, subdesenvolvimento, desenvolvimento e as desigualdades da sociedade capitalista que perpetuam a questão. Trazer à tona a questão da fome em sua complexidade configura-se assim, como um dos primeiros passos para o combate às suas causas e consequências. É na compreensão e articulação desses fatores que o projeto de uma sociedade com acesso à alimentação adequada e nutritiva pode se concretizar por meio de lutas e conquistas sociais, como Castro já manifestou.

E por isso, compreende-se que a garantia deste direito está diretamente ligada à concretização do direito ao trabalho no campo. Este envolve uma discussão sobre que tipo de trabalho se encontra nas reivindicações do trabalhador do campo. Após meio século, as camadas de camponeses, se veem impedidos de desenvolver a produção agrícola, sendo forçadas ao êxodo para as periferias das cidades, à emigração, ou até mesmo chegando ao óbito devido à fome.

Por essa razão, passou a ser discutida a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é buscar a paz e o desenvolvimento mundial por meio da cooperação entre os países, principalmente aqueles envolvidos em guerras. Essa organização detém o poder de discutir e tomar medidas necessárias para questões enfrentadas pela sociedade, como a questão da produção de alimentos. Ela, também,

é composta por instituições e agências especializadas, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), criada em 1945, que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola. A FAO surgiu após a recusa da I Conferência Internacional sobre o tema em Arkansas, nos EUA, com a proposta de garantir um mecanismo de cotas e ajuda alimentar, para que cada país pudesse reerguer sua produção alimentar de forma soberana. No ano de 1974, se tem a primeira conferência realizada pela FAO, a qual a Segurança Alimentar era vinculada à ideia de produção de alimentos.

Desde a I Conferência Mundial de Alimentação, houve a incorporação de novos elementos ao seu conteúdo, cabendo ressaltar que um dos avanços foi a garantia da qualidade nutricional e sanitária, a qual

Uma atenção especial deve ser dada àqueles que não podem produzir ou ter acesso a alimentos suficientes que lhes assegure uma dieta adequada, incluindo os indivíduos afectados por guerras, distúrbios civis, desastres naturais ou mudanças do meio ambiente provocados pela alteração das condições climáticas. Somos conscientes da necessidade de uma acção urgente de combate contra as pragas, secas e degradação dos recursos naturais, incluindo a desertificação, pesca excessiva e a erosão da diversidade biológica. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE ROMA, 1996).

Aqui começa-se a dar importância às questões relacionadas às formas de acesso da população à, produção, distribuição e estoque dos alimentos, ou o que se conhece como “*food security*”.

Acreditava-se que, com o aumento da produtividade agrícola, seria capaz de resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, durante o curso desse processo vem sendo questionada a sustentabilidade de uma tecnologia voltada à monocultura, altamente dependente do uso de fertilizantes, pesticidas e insumos não-renováveis de alto custo, e geradora de inúmeros impactos ambientais e biológicos no ambiente e na própria população. Embora a produção mundial de alimentos tenha crescido consideravelmente, esse avanço não fez com que tivesse uma diminuição notadamente alta da fome e da desnutrição no mundo. Assim, substancia-se o entendimento de que tais problemáticas eram decorrentes, não da falta de alimentos, e sim do acesso e distribuição desses.

Percebe-se que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é muito amplo, pois comporta elementos que afetam não somente a disponibilidade de alimento, mas

também a sua qualidade nutritiva. Enfatiza-se os aspectos do acesso, qualidade e suficiência, valorizando os hábitos alimentares adequados, ao mesmo tempo que a situa como condição básica do ser humano.

No início dos anos 1980, novas demandas emergiram e clamavam uma nova atenção, principalmente aqueles que afetavam as vinculações entre produção agroalimentar, desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola. No seio desse importante debate, a FAO apresentou, em 1983, um novo conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, mais crucial do que a disponibilidade de alimentos: a capacidade de acesso por parte da população. Nela se apresentam três grandes objetivos: a oferta adequada de alimentos, a estabilidade da oferta e do mercado dos alimentos e a segurança no acesso aos alimentos ofertados. (DECLARAÇÃO DE ROMA, 1996).

Durante a expansão do atual conceito de Segurança Alimentar e Nutricional percebe-se, entre os anos 80 e 90, há o acréscimo de outros significados, tais como: alimento seguro (que estejam livres de contaminação biológica ou química), qualidade do alimento (reunindo atributos relacionados aos aspectos nutricionais, biológicos e da tecnologia de produção) e balanceamento da dieta (informação e opções culturais, considerando e respeitando os hábitos alimentares da população-alvo das políticas públicas). (BRASIL, 2013, p. 14).

Já mais na metade dos anos 90, a participação dos países na Cúpula Mundial da Alimentação foi histórica, cerca de 185 representantes. Estes, pactuaram com a tentativa de diminuição do índice de pessoas subnutridas no mundo, com o objetivo de diminuir mais da metade desse número. (DECLARAÇÃO DE ROMA, 1996).

Para assegurar esse compromisso, foi criada a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, onde lista-se sete compromissos que os responsáveis governamentais iriam assumir para elevar o nível de Segurança Alimentar e Nutricional. Outro documento marcante na história é o plano complementar de ação da Cúpula Mundial da Alimentação, onde se encontram os objetivos específicos para alcançar as metas consolidadas na Declaração. Todos os envolvidos assinaram a declaração, tendo agora a emergência na implementação de ações nas distintas esferas de atuação e iniciativas no âmbito educativo e político relacionadas ao combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional. (DECLARAÇÃO DE ROMA, 1996).

Promovida pela ONU em conjunto com a FAO, em 1992, a Conferência Internacional sobre Nutrição, teve como pauta a elaboração da Declaração Mundial

sobre a Nutrição. Todas os países, contando com mais de 150 países e líderes da Comunidade Econômica Europeia, que participaram da conferência concordaram que a fome e a desnutrição são inaceitáveis e que o acesso a alimentos é um direito de cada pessoa, bem como o dever de seus governantes garantir estes alimentos seguros e nutricionalmente produzidos. Para isso, foi feito um plano de ação com intuito de combater a fome e aumentar a segurança alimentar nas residências, conjuntamente com as que afetam a assistência básica como: o abastecimento de água, o saneamento e a saúde pública. (DECLARAÇÃO DE ROMA, 1996).

Seguindo os debates sobre Segurança Alimentar, a Cúpula Mundial de Alimentação reuniu-se em Roma em 1996, tratando da questão e destacando:

A pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. Esforços para aumentar a produção de alimentos, incluindo os alimentos de base, devem ser feitos. Estes devem ser realizados dentro de um quadro sustentável de gestão dos recursos naturais, eliminação de modelos de consumo e produção não sustentáveis, particularmente nos países industrializados, e a estabilização imediata da população mundial. Nós reconhecemos a contribuição fundamental da mulher para a segurança alimentar, principalmente nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de promover a igualdade entre homens e mulheres. Para reforçar a estabilidade social e impedir o êxodo rural, que muitos países enfrentam, deve-se considerar prioritária também a revitalização das zonas rurais. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE ROMA, 1996).

Nesse documento ressalta-se que cabe aos representantes governamentais garantir políticas que promovam a paz, a estabilidade social, política e econômica, a equidade e igualdade entre os gêneros. A pobreza e a fome, foram e são vistas até hoje como uma ameaça para as sociedades e para a própria estabilidade da comunidade internacional. Aqui, é importante trazer a necessidade de geração de empregos, investimentos em pesquisas e infraestrutura para garantir a segurança alimentar e nutricional e a promoção do acesso equitativo aos recursos produtivos e financeiros.

Esse compromisso foi renovado, com a Cúpula Mundial da Alimentação cinco anos depois, a CMA+5, em Roma, no dia 10 a 13 de junho de 2002. A participação dos países se deu na mesma quantidade de países envolvidos na Declaração anterior, com a finalidade de avaliar as implementações dos resultados da Cúpula Mundial da Alimentação ocorrida em 1996, quando foram aprovados a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar e o Plano de Ação da Cúpula Mundial. (DECLARAÇÃO DE ROMA, 1996).

Constatou-se que a meta para 2015 estava muito distante de ser atingida e segundo o Diretor Geral da FAO, Jacques Diouf, a taxa média anual de redução do número de desnutridos no mundo foi de oito milhões e que, se essa tendência continuar, a meta de reduzir o número de desnutridos pela metade até a data acordada, reafirmada pela Declaração de Roma, não será alcançado. Para tentar reduzir o número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, é necessário atingir mais de 22 milhões por ano, em média. (FAO, 2002).

Segundo dados levantados pelas organizações mundiais responsáveis pelas questões humanitárias, a população mundial está à beira de viver o século XXI em completa fome. O quadro da fome no mundo tem como agravamento acontecimentos históricos (sociais, políticos e econômicos). Segundo o relatório da FAO, o aumento foi de 1,02 bilhão de pessoas no mundo em situação de fome e extrema pobreza. Este dado, até 2002, o ano de sua pesquisa, é o maior número desde 1970. Estima-se que uma em cada seis pessoas no planeta não dispõe de alimentação suficiente. A maioria da população que se encontra em vulnerabilidade alimentar e nutricional, vivem em países em desenvolvimento. Já na década de 2010, o número de indivíduos em situação de fome passou a subir, diminuindo as expectativas de um declínio que estava previsto pelos responsáveis na ONU. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021).

O relatório feito em 12 de julho de 2021, O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2021, foi desenvolvido por representantes governamentais das Nações Unidas. Nele, traz a estimativa que cerca de 811 milhões de pessoas, até o ano de 2020, estão subalimentadas. A fome mundial foi agravada drasticamente em decorrência da Pandemia do COVID-19. Estima-se que cerca de 9,9% entre todas as pessoas tenham sofrido de desnutrição no ano anterior, em 2019 sendo 8,4%. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021).

Segundo a pesquisa, 418 milhões de pessoas que vivem em situação de fome, se encontram na Ásia, 282 milhões na África e 60 milhões na América Latina e no Caribe. O aumento mais drástico foi no continente Africano onde estima-se 21% a mais da população em situação de subalimentação. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021, Capítulo 2).

Em pesquisas realizadas anteriormente, o ano de 2020 foi marcado com mais de 30% da população mundial sem acesso à alimentação adequada durante todo o

ano. Este indicador utilizado é denominado como prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave mostra que houve um salto quantitativo comparado aos cinco anos anteriores. Outro ponto que foi levantado e que mostra seu aumento nesses últimos anos é a desigualdade de gênero, onde a cada 10 homens com insegurança alimentar e nutricional, se teve 11 mulheres com insegurança alimentar e nutricional em 2020 (de 10,6 em 2019). (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021, Capítulo 2).

A faixa etária que mais sofreu com a fome e seus efeitos marcantes foram crianças menores de cinco anos, em 2020, chegando a 149 milhões, mostrando que esses sofriam de atraso de crescimento ou eram muito baixos para sua idade. Nesses, 45 milhões, se encontravam debilitadas ou muito magras para sua altura e 39 milhões acima do peso previsto. Três bilhões de adultos e crianças não estão incluídos dentro de uma alimentação saudável, principalmente devido ao custo excessivo dos alimentos naturais, frescos e nutritivos. Esse dado mostra que serão necessárias ações mais fortes e imediatas por parte dos agentes para acabar com a fome até 2030. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021, Capítulo 2).

Esse relatório, com cerca de 240 páginas, é o primeiro feito mundialmente que traz dados relativos à fome em tempos de pandemia. Conta com o envolvimento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PAM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Estes órgãos alertam para um aspecto mundial crítico, mas acreditam que haverá um avanço da segurança alimentar e nutricional. A expectativa surge a próxima Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, que ocorreu em 23 de setembro de 2021; a Cúpula Nutrição para o Crescimento (NG4) em 7 e 8 de dezembro de 2021; e a COP26, que ocorreu entre 31 de outubro a 13 de novembro de 2021. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021).

Para a concretização do direito humano à alimentação são necessárias diversas políticas intersetoriais. Através delas que se pode vislumbrar a garantia e a importância dada ao Direito Humano à Alimentação Adequada e nos propósitos dos representantes governamentais que coloquem essas questões entre suas prioridades políticas. Assim, a superação da fome envolve mudanças estruturais na sociedade, sendo primordial a intervenção do Estado na efetivação dos direitos sociais e no

atendimento às necessidades básicas. O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobreponha ao da emancipação alimentar do povo. Com isto, acredita-se que se tenha subsídios legais para que haja a implantação e a consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (CASTRO, 2008).

4 TRAJETÓRIA DOS DEBATES TEÓRICOS E DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo apresenta algumas análises sobre a questão da alimentação e da fome no Brasil, destacando-se os debates no âmbito do Serviço Social que contribuem para a desnaturalização da temática central deste Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, buscou-se primeiramente apresentar algumas das origens da problemática no Brasil e em seguida alguns dos debates recentes sobre essa questão no Serviço Social.

4.1 A FOME NO BRASIL: A CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DESSA PROBLEMÁTICA

No Brasil, por volta de 1500, a natureza era rica no fornecimento dos alimentos para as necessidades básicas dos povos de nosso território, assim pouco desenvolveram a agricultura, domesticando apenas algumas plantas existentes na natureza. Quando os bens da natureza se tornavam escassos em determinadas regiões, os grupos se deslocavam para outros locais, o que caracterizava a sua condição de vida nômade. (STEDILE, 2012).

Os portugueses, quando adentraram o território Brasileiro, se apoderaram dos povos que aqui habitavam, com a sua supremacia econômica e militar. Sua dominação, foram duas táticas conhecidas em toda a história do homem como ferramenta: cooptação e repressão. Assim, conseguiram dominar todo o território e submeteram os povos ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura. Assim, pode-se afirmar que aqui, historicamente, a fome já se encontrava presente. (STEDILE, 2012). Nesse sentido, o modo predominante de exploração dos solos se deu não para atender as necessidades da população e sim, o comércio exterior, sendo várias as consequências deste processo: o trabalho escravo, a monocultura, concentração de terras, a fome e a expropriação e submissão de diversos trabalhadores do campo.

A forma de organização na produção e a apropriação dos bens da natureza esteve sob o controle das leis do capitalismo mercantil (agroexportador) que já marcavam o período histórico que dominava a Europa. A fertilidade das terras e o seu potencial para cultivos de produtos tropicais fez com que os colonizadores, atraídos, organizassem o território para produzir produtos agrícolas que a sociedade europeia necessitava.

Foi,

Durante muitos anos, houve grande polêmica sobre esse aspecto. Mas hoje já há consenso de que o modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola foi o da plantation, uma palavra de origem inglesa, utilizada por sociólogos e historiadores para resumir o funcionamento do modelo empregado nas colônias. É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., e utilizando mão de obra escrava. (STEDILE, 2012, pg. 23).

O autor que mais se destacou na análise deste processo e do quanto ele repercutiu na questão da fome foi Josué de Castro (1908-1973). Seu pensamento contribuiu para as análises que desnaturalizam o fenômeno. Entre seus livros, destaca-se Geografia da fome. Conforme Schappo (2008)

Observa-se em seu pensamento a importância da agricultura de sustentação no combate à fome e os limites impostos para o seu desenvolvimento decorrentes de um processo de colonização baseado na monocultura e no latifúndio. Em Geografia da fome, Josué destaca que a policultura foi praticamente abandonada pelo furor da monocultura. As roças e as plantações de laranja, de manga, de fruta-pão foram abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos. (SCHAPPO, 2008, p. 110).

Em 1850, a Coroa portuguesa sofre pressões inglesas para que seja abolido o trabalho escravo e passe a ser um trabalho assalariado. Com a abolição da escravidão, e com o objetivo de impedir que trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulgaram na mesma época a primeira lei de terras do país. Se tratando de um processo de adequação do sistema econômico, essa lei foi um marco histórico no sistema jurídico e de preparação para a crise do trabalho escravo que já se ampliava. (STEDILE, 2012).

A Lei nº 601 de 1850 traz, pela primeira vez, a implementação legal no Brasil, da propriedade privada das terras, possibilitando a transformação da terra em mercadoria. O regime de propriedade impedia o acesso à propriedade de quem não

tivesse dinheiro para compra-la, mesmo que fosse terra pública ou devoluta. A mesma legislação que previa a propriedade, já previa a imigração de trabalhadores europeus que substituiriam os escravos. Pois os escravos libertos não seriam suficientes para suprir a mão-de-obra, principalmente nas áreas do café em expansão. (MARTINS, 1997).

Com a promulgação da Lei Áurea em 1888, consolidou-se a libertação dos trabalhadores escravizados, ao mesmo tempo que, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses.

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha. O objetivo era atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19. E, assim, com a promessa de terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875 a 1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. (STEDILE, 2012).

Porém, cabe destacar que os camponeses brasileiros são compostos não apenas por esta população, mas também por diferentes sujeitos que compõem o que conhecemos hoje como: o campesinato.

O surgimento do campesinato se deu em duas partes. A primeira, já mencionada, trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. (STEDILE, 2012, p. 29).

Parte desses trabalhadores, impedidos de ocuparem terras que já pertenciam a fazendeiros exportadores, foram “forçados” a migrar para o interior do Brasil. A migração para o interior, provocou a ocupação de milhares de trabalhadores que se dedicavam a atividades de produção agrícola de subsistência.

Também surgiram novas relações de dependência, cujos vínculos dos trabalhadores eram de relações pessoais e não contratuais com os proprietários, com a possibilidade de produzir para subsistência, mesmo que em terra alheia. No entanto, essa condição de moradores e colonos se desfez com os processos de modernização tecnológica no campo, especialmente a partir de 1950. (MARTINS, 1997).

Em 1930, a economia brasileira recebeu um grande marco, influenciada pela questão agrária, há uma crescente crise do modelo agroexportador, ampliando a crise política e institucional no país. Assim, os setores da burguesia industrial, aplicaram-se o golpe, tomando o poder da oligarquia rural exportadora e impondo um novo modelo econômico para o país.

Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes. Alguns estudiosos chamaram esse período de projeto nacional desenvolvimentista; outros, de Era Vargas, pois o projeto político foi coordenado pela liderança política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945." (STEDILE, 2012, pg. 29).

Sabe-se que, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora camponesa, que se reproduzem e se multiplicavam, tiveram uma boa parte migrando para as cidades em busca de trabalho. As manifestações que já existiam e se mantinham, se viram necessitadas de algo maior.

Com essas mudanças, intensificadas com os processos de modernização a partir dos anos de 1950, o mesmo direito de propriedade que criava excedentes populacionais pobres absorvidos pela grande propriedade, passa a criar excedentes populacionais que não são absorvidos por ninguém. Os excluídos, surgem nas favelas, nas beiras de rua das cidades do interior, nos aglomerados urbanos, nos cortiços, entre outros. (MARTINS, 1997).

É neste contexto que se agrava a fome no Brasil e que se expandem, os movimentos, a inserção da temática na agenda das políticas públicas e os principais estudos sobre a fome no Brasil, com destaque à atuação política e a obra de Josué de Castro, escrita principalmente entre os anos de 1940 e 1970.

Em 1940, já Estado Novo, tem-se a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, tornando-se a primeira instituição governamental de política de alimentação no Brasil. Esta instituição desenvolveu inúmeras atividades para com a sociedade, a qual propiciou, principalmente, a alimentação adequada e de baixo custo. Josué de Castro, autor conhecido por suas grandes obras sobre fome, ocupou o cargo de diretor do SAPS, mas infelizmente, após sua saída e por problemas administrativos veio a fechar. (SCHAPPO, 2015).

Cinco anos depois, outras duas instituições foram criadas: o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), responsável por coordenar as atividades econômicas em âmbito nacional e orientar a produção agrícola. Esse vínculo com a agricultura impulsionou a criação do Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), em 1944, responsável por dar assistência técnica às indústrias para a modernização das questões relacionadas com a alimentação. A Comissão Nacional de Alimentação (CNA) surge com o fim da SATN, sendo em seguida transformada no Comitê Nacional da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). (FERNANDES e MOSER, 2022).

Josué de Castro, por volta dos anos 50, contribuiu para a formulação do Plano Nacional de Alimentação, o que trouxe inúmeras propostas exitosas, como o programa de merenda escolar presente até os dias atuais e o esforço de aumentar o conjunto de agências e setores envolvidos na questão alimentar e nutricional, propiciando um olhar mais abrangente sobre ações e iniciativas prioritárias. Ao longo das décadas seguintes, a CNA foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde e a partir daí foi perdendo sua função como órgão responsável pela política de alimentação no país. (MAGALHÃES, 2017).

O período pós-1964 foi marcado pela fragilização dos mecanismos de controle social e por estratégias conservadoras que impactaram o conjunto de políticas sociais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre os avanços dados para a área da alimentação, foi o único que se manteve, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (MAGALHÃES, 2017).

Em 1972, a CNA foi extinta e substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, o INAN foi criado sob o governo Médici, instituído com objetivo de proporcionar programas direcionados às populações em situação de vulnerabilidade social. Este criou o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN). Assim, criou-se o II PRONAN com objetivo de dar continuidade ao cumprimento previsto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, dentre eles o amparo ao pequeno produtor rural e a alimentação do trabalhador. (SILVA, 1995).

Já nos anos 80, em nível internacional, se tinha um intenso debate sobre a temática da segurança alimentar, enfatizando a questão do acesso ao alimento. A construção do conceito envolveu a mobilização de organizações e movimentos

sociais, gestores públicos e pesquisadores, entre outros atores sociais. Muitos estudiosos brasileiros contribuíram para esse processo, com destaque para o médico, sociólogo, geógrafo e político pernambucano Josué de Castro. Outros eventos importantes marcaram esse período, como a elaboração de um documento propondo uma política de combate à fome no âmbito do Ministério da Agricultura, em 1985, e a realização da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), em 1986. Este último, por sua vez, proporcionou uma ampliação no conceito de segurança alimentar, mostrando a necessidade da criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, que formularia a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Porém, somente no começo dos anos 1990 a temática retornou para a agenda governamental.

No final de 1992, tem-se o destaque da questão alimentar na agenda de governo, o que resultou especialmente na criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 1993. Nesse período, houve inúmeros conflitos sociais e políticos, onde se viu uma intensa mobilização social a nível nacional e do chamado Movimento pela Ética na Política, ocorreu o surgimento em 1993 da campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. (MAGALHÃES, 2002).

Com a divulgação do Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi incentivado a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria. Os dados divulgados mostraram que um número alto de pessoas não tinha renda suficiente para se alimentar, assim o governo federal trouxe o plano para sistematizar, para os diversos ministérios, propostas de intervenção com vistas à erradicação da fome e da miséria. (PEREIRA e CASTRO, 1993).

Em 1993, Itamar Franco, presidente na época, assumiu o compromisso de implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar (PSAN), proposta apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, em 24 de abril deste ano, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Foi com este, então, que em julho do ano seguinte foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que trouxe discussões em âmbito nacional sobre a questão alimentar e do problema da fome no país. (SILVA, 1995).

Mesmo com esse avanço, em 1995, com o novo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi extinto, sendo substituído pelo Programa

Comunidade Solidária. Este, teria como função dar continuidade aos trabalhos iniciados pelo CONSEA, principalmente aqueles voltados à estratégia de combate à fome e à pobreza. Apesar disso, outros programas continuaram sendo desenvolvidos, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (1999), que foi vinculada à Política Nacional de Saúde. Outro programa marcante foi a criação do programa Bolsa Alimentação ou Programa de Renda Mínima vinculado também à Saúde. (FERNANDES E MOSER, 2022).

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, um novo marco para a política de Segurança Alimentar e Nutricional começa a se formar. Neste ano, novos programas e políticas públicas foram implantadas, apresentando que estava sendo colocado no centro da agenda governamental o debate sobre o combate à pobreza no país. Entre outras mudanças pode-se mencionar a criação de novos ministérios, destacando-se a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), a reativação do CONSEA e o aumento do debate político em torno da temática, o que foi relevante para a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006. (INSTITUTO DE CIDADANIA, 2001).

Em 2011, no governo de Dilma Rousseff, a lógica de enfrentamento à pobreza seguiu na mesma direção do governo de Lula. Neste ano, foi criado o Plano Brasil Sem Miséria, para permitir o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva da classe mais pobre. Tais iniciativas produziram efeitos positivos com relação ao combate à subnutrição e a subalimentação, resultando na saída do Brasil do Mapa da fome da ONU, em 2014, o que representou um grande marco para o país na luta contra a fome. (FERNANDES e MOSER, 2022).

Da transição do governo Dilma para Michel Temer (2016-2018) a proteção social no Brasil sofreu fortes ataques, a partir de ações como a aprovação do novo regime fiscal, instituída pela Emenda à Constituição no 55, de 2016, consequência disso foi o aumento do índice da extrema pobreza, ameaça grave de retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Além disso:

No período que se inaugura com o governo de Jair Bolsonaro pós 2019, tem início a destruição de toda e qualquer política de proteção social no país. Com relação à alimentação e nutrição, ao assumir o poder, Bolsonaro não somente ignorou a questão da fome que se acentuava no país, como também desarticulou as políticas e programas de segurança alimentar, dentre as medidas adotadas destacam-se: a redução de recursos do Programa de Aquisição de alimentos (PAA); a extinção do

CONSEA e o sucateamento da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (FERNANDES e MOSER, 2022).

Além dos desmontes nas políticas públicas, especialmente das políticas de segurança alimentar, do aumento da inflação, da alta no preço dos alimentos, dos elevados índices de desemprego, tem-se ainda as consequências causadas pela pandemia de COVID-19. Tais consequências resultaram na piora da situação da fome e da pobreza que se agrava no país em 2020, fazendo com que o Brasil retornasse ao Mapa da Fome da ONU. (FERNANDES e MOSER, 2022).

4.2 OS DEBATES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Entendendo a questão da fome e da insegurança alimentar atual enquanto consequência do desenvolvimento capitalista e da desestruturação das políticas públicas, sociais e econômicas que fazem uso de um modelo de crescimento econômico que não atingem as classes mais pobres, vê-se a necessidade de atuação do Serviço Social nesta problemática enquanto um campo emergente de intervenção profissional.

As demandas referentes à alimentação, seja a ausência completa dela ou nutricional, se apresentam no cotidiano do profissional acompanhadas por situações que as necessidades causaram ou resultados desta como as questões de Saúde, Assistência Social, Habitação, dentre outras. Diante dessa emergência, se faz necessário que a profissão discuta e contribua para a inserção na agenda política de demandas que se apresentam nesta área, articulando-se com os movimentos sociais e conselhos de direito o profissional pode contribuir nos debates e nas respostas coletivas e políticas para uma questão tão complexa, incorporando tais práticas no exercício profissional cotidiano.

Nesse sentido, a partir da importância da temática no Serviço Social, a pesquisa deste TCC tem como fontes a produção bibliográfica nacional realizada por profissionais da área do Serviço Social. O recorte da pesquisa se deu a partir das produções (Ensaio, Artigos, Entrevistas, Resumos, etc.) feitas sobre a temática “fome”, “Insegurança Alimentar e Nutricional” e “Serviço Social” em algumas das principais revistas da área: a *Katálysis*, a *Temporalis* e a *Ser Social*.

Considera-se que os meios digitais são uma importante forma de divulgação, de debate e de publicação da produção do Serviço Social brasileiro, sendo hoje muito mais utilizados pelos estudantes da profissão em nosso país. Atualmente, o compartilhamento de informação é mais rápido tanto de forma nacional quanto internacional. Assim, sites como os já citados tem o objetivo de levar aos profissionais da categoria e áreas afins as últimas informações sobre os mais diversos temas ligados à realidade social, política e econômica.

Fazendo um recorte de produções sobre a temática, tendo como base as publicações realizadas a partir do ano ao qual temos a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2004, aqui considerado como um importante marco legal e político no combate à fome em nosso país. Nos anos que antecedem esse marco, o tema fome era ainda menos debatido nos artigos da área e por isso, em alguns casos necessitamos elucidar outras temáticas, visto que ela por si só não é isolada.

As 3 (três) revistas, produzidas em sua maioria por profissionais e estudantes de Serviço Social, foram selecionadas para análise de produções teóricas acerca de palavras como “Fome” e “Insegurança Alimentar e Nutricional”: *Katálisis*¹, *Temporalis*² e *SER Social*³. Os números digitais publicados pelas revistas no período de 2004 até 2022

¹ Vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina, a Revista *Katálisis* é uma publicação científica periódica quadrimestral, que lançou seu primeiro número no ano de 1997. Tem como missão publicar produções científicas relevantes ao Serviço Social, abrangendo temáticas de áreas afins. Desse modo, pretende promover e disseminar produções atuais e significativas do ensino, da pesquisa, da extensão e do exercício profissional do Serviço Social, contemplando temas das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências Sociais Aplicadas e das suas relações com os demais campos do saber, por meio de artigos científicos originais, relatos de experiências, entrevistas e resenhas de livros. (ABEPSS).

² Vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a Revista *Temporalis* foi criada no ano de 2000 e é uma publicação científica periódica semestral. A revista publica resenhas, artigos de temas livres, sessão temática, ensaio teórico, resultados de pesquisa e experiências de extensão e de ensino. As submissões podem ser feitas nos idiomas Português, Espanhol, Inglês e Francês. Estimula-se que os temas abordados na revista se articulem aos debates realizados no âmbito dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) vinculados à ABEPSS. São eles: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais. (ABEPSS).

³ Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, a Revista *Ser Social*, é uma publicação científica periódica semestral, criada em 1995, mas que desde 1998 publica de forma contínua suas edições. Destina-se à publicação de trabalhos científicos nacionais e internacionais sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito da Política Social, do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição da *SER Social* focaliza uma unidade temática, previamente definida pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB. Periodicamente são divulgadas chamadas com datas de submissão específicas para artigos, ensaios,

foram, respectivamente, 47 (2004 - 2022), 24 (2010-2022) e 38 (2004 - 2022). Como mostrado no ANEXO I, ANEXO II e ANEXO III.

Tabela 1 - Quantidade de números das revistas publicados entre 2004 e 2022

Revista	Números publicados	Período
Katálisys	47	2004 - 2022
Temporalis	24	2010-2022
Ser Social	38	2004 - 2022

Fonte: Elaborado pela autora

Destas Revistas, cada uma tem o total de edições, respectivamente: 47, 24 e 38. A totalidade das produções publicados em cada revista corresponde à, respectivamente: 681, 408 e 408.

Tabela 2 - % de artigos sobre o tema em relação ao número total de artigos publicados nas revistas entre 2004 e 2022

Revista	Número total produções (Ensaio, debates, artigos científicos, etc.)	Número de produções em que as palavras “Fome” e/ou “Insegurança Alimentar e Nutricional” aparecem	Número de produções que debatem diretamente sobre a temática	% Artigos que debatem sobre o tema
Katálisys	681	57	11	1,1%
Temporalis	415	12	0	0%
Ser Social	411	14	2	0,48%

Fonte: Elaborado pela autora

Destes, foram encontrados trabalhos onde aparece as palavras “fome” e/ou “insegurança alimentar e nutricional”, sendo respectivamente: 57, 12 e 14.

Observando os resultados acima, é importante destacar que as produções onde são encontradas as palavras “fome” e/ou “Insegurança Alimentar” não são produções que debatem sobre, apenas relacionam ela ao assunto do tema discutido.

entrevistas e resenhas. Além de trabalhos sobre a temática específica do fascículo, a revista publica artigos de temas livres, mas pertinentes ou afins à política social, recebidos mediante fluxo contínuo. (ABEPSS).

As produções onde se tem uma contribuição de produções bem desenvolvidas, somam o total de 13 produções, sendo 12 desses encontrados como “Artigos Temáticos” e 1 como “Resenha” (de um livro/texto). Analisando o perfil desses autores que trouxeram contribuições sobre a temática, observa-se que 11 são da área do Serviço Social, 2 do Direito, 2 da Psicologia, 2 da Ciências Sociais, 1 da Ciência Biológica, 1 da Geografia, 1 da Agronomia, 1 de Gastronomia, 1 da Medicina Veterinária, 1 da Nutrição e 1 da Sociologia.

Tabela 3 - Autores que publicaram sobre o tema e sua relação com a área de Serviço Social

Revista	Número de autores	Autores da área de Serviço Social	Autores de outras áreas
Katálisys	24	11	13
Temporalis	0	0	0
Ser Social	2	1	1

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista os dados explicitados acima, observa-se que apesar da discussão sobre a temática ter crescido nos últimos anos, no meio acadêmico e profissional em geral ainda é pouco debatido teoricamente no âmbito do Serviço Social, mesmo que se tenha alguns profissionais atuantes em áreas significativas e representativas. Portanto, cabe ao assistente social utilizar instrumentos importantes que lhe cabem, como consta no projeto ético-político da profissão, como a leitura atenta da realidade e o enfrentamento das expressões da questão social, segundo lamamoto (2007), como objeto de intervenção profissional.

Essas expressões passam a ser problematizadas e desveladas em um conjunto de fundamentos adquiridos no período de sua formação (teórico-metodológico, técnico operativo e ético-político), sendo estes fundamentais para o enfrentamento coletivo e político diante das expressões da questão social. Entre estas a fome, foco deste trabalho. Sendo a alimentação uma necessidade humana básica (PEREIRA, 2008), esta torna-se questão fundamental a ser discutida, pois atravessa as mais diversas demandas que se apresentam aos profissionais Assistentes Sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A partir de uma leitura dos artigos sobre o tema “fome” e/ou “insegurança alimentar e nutricional” na área de Serviço Social, observa-se que apesar de serem ainda poucos artigos que discutem o tema, os mesmos trazem uma significativa contribuição nos debates que desnaturalizam a questão. Em seguida, observa-se no quadro 1 as principais contribuições destes artigos neste sentido.

Quadro 1 - Temáticas abordadas nos artigos sobre fome e insegurança alimentar nas publicações do Serviço Social.

Revista	Temas abordados nos artigos de autores do Serviço Social ou em co-autoria com autores de outras áreas	Temas relacionados abordados nos artigos de outras áreas
Katálisys	<ul style="list-style-type: none"> - Fome e Capitalismo; - Fome, Agroecologia e Agroflorestal; - Fome e Brasil; - Fome e Questão Social; - Fome, questão agrária e ambiental; - Segurança Alimentar e Covid-19; - Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional e Covid-19 	<ul style="list-style-type: none"> - Fome e o Capitalismo Contemporâneo; - Fome e as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional; - Fome e Política agrária; - Insegurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar;
Temporalis	-	
Ser Social	<ul style="list-style-type: none"> - Fome e Insegurança Alimentar e Nutricional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fome e Segurança Alimentar e Nutricional;

Fonte: Elaborado pela autora

É interessante apontar que as temáticas são abordadas por diferentes profissionais mostra a importância, também, da ação intersetorial no combate a questão da fome. Além de trazer a importância da Interdisciplinaridade dentro da graduação, o que proporciona trocas entre os estudantes e profissionais de diversas áreas. Aqui, pode-se destacar, que as produções do Serviço Social tratam a fome

como uma expressão da questão social, mostrando como é importante a atuação do Assistente Social (e da profissão como um todo) nos debates e produções científicas.

Quadro 2 - Ideias e pressupostos teóricos que contribuem para a desnaturalização da fome e da insegurança alimentar e nutricional nas publicações do Serviço Social.

Revista	Resumo das principais Ideias e pressupostos teóricos
Katálisys	<ul style="list-style-type: none"> - O funcionamento do complexo sistema agroindustrial na produção da mercadoria-alimento e sua relação com a fome no Capitalismo. - Fome e a crítica a produção de alimento que é voltada para a exportação, enquanto o Brasil passa fome; - A fome como uma expressão da questão social e a crítica ao capitalismo que o mentem; - A política de SAN e a desnaturalização da fome, compreendendo esta como resultante do Capitalismo; - O agravamento da questão da fome com a Covid-19 e a comparação situacional com outros países que passaram pela pandemia;
Temporalis	-
Ser Social	<ul style="list-style-type: none"> - As condições de miséria presentes na realidade brasileira têm raízes profundas na formação sócio-histórica do país e no processo de desenvolvimento capitalista que reforçou as desigualdades sociais. - Importância de mudanças estruturais no combate à fome;

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da leitura dos artigos publicados nas referidas revistas, percebe-se a ideia da fome como uma expressão da questão social nos debates da profissão. Com o agravamento da fome no Brasil a partir de 2016, somando, em 2022, 33,1 milhões de brasileiros passando fome o tema ganhou destaque pelo aumento do número de

pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Como traz no II Inquérito da Rede PEASAN:

Comparado ao I VIGISAN, que identificou, em dezembro de 2020, 9% da população (ou 19 milhões de pessoas) convivendo com a fome, no II VIGISAN este percentual passou para 15,5% da população ou 33,1 milhões de pessoas em situação de fome, indicando que 14 milhões de brasileiros foram deslocados para tal condição em um ano. (REDE PEASAN, 2022).

A produção de artigos sobre a temática na área do Serviço Social, trazendo a fome como uma expressão da questão social, enfatiza a importância da discussão na profissão e também contribuindo para os processos de desnaturalização da discussão. Algo relevante para se desmistificar análises que culpabilizam os sujeitos por sua condição de miséria ou que atribuem à fatores meramente naturais, epidêmicos ou pandêmicos as causas da fome.

Alguns dos artigos também enfatizam a complexidade da questão, ressaltando o quanto seu enfrentamento não se restringe a medidas assistencialistas. Destacando-se que não podendo esquecer sobre o fato de a fome estar direta ou indiretamente ligada a outras temáticas, como o agronegócio, o modelo de produção priorizado, a concentração de terras e como é importante desenvolver debates com temática mais contemporâneas como a agroecologia.

É importante destacar que o Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/1993 (CFESS, 1993a). O Código é composto por onze princípios fundamentais: liberdade, defesa intransigente dos direitos humanos, cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, equidade e justiça social, respeito à diversidade, garantia do pluralismo, projeto societário, articulação, qualidade dos serviços prestados, exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar (CFESS, 1993b). A construção do projeto ético-político transforma as condições sociais e históricas, onde estas se materializam. Aqui, torna-se necessário aprofundar debates teórico-metodológicos que irão dar base na profissão e na formação, dando caminhos que necessitam de transformações políticas e sociais.

A cotidianidade, principalmente para o profissional do Serviço Social, exige que este seja capaz de se adaptar com as mudanças que surgem no cenário social, além de ser um pesquisador que alimente sua formação intelectual e cultural, juntamente com produções próprias, para acompanhar o histórico dos processos sociais. Aqui deve-se assumir a investigação como ferramenta base para o exercício profissional e

efetivar a atitude investigativo-científica em seu fazer cotidiano, dado que a construção do conhecimento se efetiva também a partir da prática cotidiana (BATTINI, 2009a). É aqui que o profissional movimenta um arcabouço de conhecimentos teóricos para garantir os direitos dos trabalhadores, tendo em vista suas necessidades humanas básicas alcançadas. (PEREIRA, 2008).

A ação profissional do Assistente social é constantemente desestabilizada, já que estes criam mecanismo de enfrentamento e de embate da realidade social brasileira, cuja desigualdade é determinada por um modelo econômico excludente. É nesse cotidiano que o profissional faz a mediação das ações que possam diminuir a situação de miséria da classe mais vulnerável. Os espaços nos quais se encontram vêm sofrendo constantes transformações e apresentando novos desafios, e nesses espaços é que a profissão assumiu como referência a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade e da democracia. (CFESS, 1993b).

É necessário que o sujeito seja instruído sobre seus direitos para que saiba como reagir e se proteger frente ao sistema capitalista, tendo autonomia nas suas escolhas e nos seus direitos. Entretanto, é necessário que, até esse ponto ser alcançado, o Estado garanta a manutenção de suas necessidades humanas básicas, através das políticas públicas, cumprindo seu dever como órgão regulador.

Portanto, durante o exercício profissional, o assistente social deve contribuir com o usuário atendido para alcançar os direitos adquiridos constitucionalmente na Constituição Federal de 1988 (CF 88) e que devem ser concretizados por meio das políticas sociais, entre estas as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, aliando a efetivação destas às lutas camponesas por um projeto de sociedade onde o alimento e a terra não sejam meras mercadorias ou estejam restritos aos desígnios do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é uma necessidade humana básica e, portanto, emergencial. Apesar do senso comum, a atuação profissional do assistente social não termina com a ação de distribuição de alimentos, pois esta é apenas uma das ações do exercício profissional nas instituições socioassistenciais. A questão alimentar de um país está intrinsecamente ligada à soberania e a segurança alimentar e nutricional, as quais exigem intervenções e motivações de cunho ético, político, cultural, social e, de forma

especial, econômica. Sabe-se que, com o uso de novas tecnologias a capacidade de produção aumentou, tendo-se hoje a capacidade de alimentar a população mundial, no entanto os processos de concentração de riquezas e as desigualdades inerentes à sociedade capitalista tem inviabilizado a superação desta problemática.

Porém, hoje nos deparamos com dois embates: um que a teoria de Malthus (1798) caiu por terra, já que se tem o aumento progressivo dos alimentos, porém, não se tem uma distribuição adequada destes, visando priorizar o acúmulo de capital. Como exposto por Josué de Castro já na década de 40 se apresenta a dificuldade na produção e a exploração racional de reservas alimentares, em conjunto com a redistribuição equitativa dos meios de subsistência entre os diferentes grupos humanos, demonstrando sua atualidade.

É importante ressaltar que,

O ato de alimentar-se está muito além do fato de ingerir uma quantidade determinada de nutrientes para manutenção da vida biológica. Ele é um ato simbólico dotado de imensas potencialidades para o desenvolvimento social e a afirmação cultural dos homens. Os hábitos alimentares expressam a cultura das populações, suas formas peculiares de organização social, seu modo de pensar, de amar, de viver e até de morrer. Ser privado da alimentação não implica apenas desnutrição orgânica. (HIRAI, 2009, p. 148).

Ser assistente social hoje é comprometer-se com o projeto profissional que carrega consigo a bandeira da justiça social, mantendo a capacidade de ponderar suas necessidades com suas obrigações. Assim, faz-se primordial estabelecer uma “[...] relação com a profissão tendo presente que quem produz a prática são os sujeitos dela participantes – agentes institucionais e usuários – e quem a legítima são exatamente esses sujeitos usuários e não os mandantes e/ou contratantes da prática [...]”. (MARTINELLI, 2009, p. 175).

O Serviço Social, enquanto profissão que trabalha com a viabilidade de direitos, precisa dar respostas às necessidades humanas e sociais, incentivando a busca de seus direitos sociais e constitucionais, destacando o direito humano à alimentação adequada. É na questão social que se tem a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho, interferindo cotidianamente nas relações sociais, atendendo historicamente às demandas geradas pelo não acesso ao alimento.

A análise de sua participação na produção e no debate da fome, revela que o “pobre” continua encontrando-se controlado, mensurado, exposto, ignorado pela

ideologia política dominante, sem ao menos criarem condições reais para que possa ter o básico para sair da condição onde seus direitos estão violados.

Dada a presente pesquisa, percebeu-se também que são poucos os textos na área do Serviço Social que analisam a fome e sua problemática tão atual. Mesmo que haja profissionais que se encontrem em espaços como estes ou mesmo se constituindo como uma temática central que perpassa o cotidiano profissional de parte significativa dos Assistentes Sociais. A esta questão alia-se também outra problemática: os retrocessos sofridos no período entre 2016 e 2022 nesta área, podendo destacar aqui a desestruturação do SISAN e das políticas públicas, a falta de identidade e proximidade com a temática por parte dos profissionais nos espaços em que pode intervir, direta ou indiretamente. Além disso, agrega-se a baixa produção científica sobre temáticas debatidas. A precariedade de produções revela a dificuldade de percepção de assuntos que poderiam ser debatidos, sendo que a comunicação nos espaços cotidianos de trabalho pelos quais circulam os assistentes sociais nem sempre é favorável para capturá-la.

Entretanto, as poucas obras analisadas mostraram que os assistentes sociais têm contribuído para o debate da desnaturalização da questão da fome e da insegurança alimentar. Observa-se, porém, que as produções sobre o tema na referida área não são relevantes em termos quantitativos, existindo poucos artigos que abordam a temática. Levanta-se então o questionamento das razões pelo distanciamento no que se refere à produção teórica, considerando que o fazer profissional muitas vezes requer ações em tal área.

Diante disso, percebe-se a necessidade de promover debates teóricos e no âmbito da intervenção profissional a partir das ações implementadas pelos programas de combate à fome e a insegurança alimentar pelos assistentes sociais e de forma intersetorial. É necessário que a política de segurança alimentar e nutricional passe a figurar como tema de reflexão no conjunto das demais políticas sociais, adentrando significativamente nas discussões na graduação. Para que tudo isso seja possível, é necessário que a categoria profissional se manifeste e apoie a implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o país.

Finalizando, deve-se enaltecer o trabalho cotidiano dos diversos profissionais Assistentes Sociais que tem contribuído em suas obras e no trabalho que desenvolvem com o envolvimento da população na defesa dos direitos de cidadania

construídos em tempos de instabilidade própria vida humana e social. Espaços estes fundamentais para a luta também pelo direito humano à alimentação e pela garantia dos demais direitos e da justiça social, imprescindíveis para a conquista de uma sociedade onde o alimento não seja uma mera mercadoria.

REFERÊNCIA

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Demais Periódicos**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/demaisperiodicos-77>. Acesso: 25 de outubro de 2022

ASCOFAM. Secretaria Geral, Seção Brasileira (org.). **O drama universal da fome: depoimentos**. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958. CARRASCO, Lorenzo (org.).

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Milestones of the feeding policies and nutrition in Brazil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 7, n. 3, p. 319–326, 2007.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. In.: BAPTISTA, Myrian Veras. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2009a.

BRASIL. **Relatório Nacional Brasileiro – Cúpula Mundial da Alimentação**. Brasília (DF), Ministério das Relações Exteriores, 1996, 66 p.

BRASIL. **Cúpula Mundial de Alimentação. Relatório do Brasil**. Brasília, maio 2002. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/ceresan/wp-content/uploads/2016/docs/relatoriotecnico2.pdf>

BRASIL. Marília Mendonça Leão. Organização Geral (org.). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Abrandh, 2013. 264 p. Disponível em: <http://www.oda-alc.org/documentos/1374763097.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957, 2 v.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968b.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662**. Brasília, DF: CFESS, 1993a._____.

Código de Ética do Assistente Social – Resolução 273. Brasília, DF: CFESS, 1993b.

COMUSAN. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo (comp.). **Josué de Castro - pensamento e trabalho: do precursor da segurança alimentar e nutricional**. São Paulo, 2013. 32 p. Coordenação de: João Carlos Alves. Disponível em:

https://issuu.com/comusansp/docs/04_fragmentos_livro_josue_de_castro. Acesso em: 24 set. 2022.

Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. FAO. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 10 set. 2022.

ESTEVE, Esther Vivas. **O NEGÓCIO DA COMIDA: quem controla nossa alimentação?**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269 p. Tradução: Omar Rocha. Disponível em: [file:///C:/Users/juliapocai/Downloads/LIVRO%20o-negocio-da-comida%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/juliapocai/Downloads/LIVRO%20o-negocio-da-comida%20(2).pdf). Acesso em: 25 jul. 2022.

FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS. 2021. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021. Transformando os sistemas alimentares para a segurança alimentar, nutrição melhorada e dietas saudáveis acessíveis para todos**. Roma, FAO. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4474en>.

HIRAI, Wanda Griep. **Tese: SEGURANÇA ALIMENTAR EM TEMPOS DE (IN)SUSTENTABILIDADES PRODUZIDAS**. Porto Alegre, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12ª Ed – São Paulo: Cortez, 2007.

MAGALHÃES, R. **Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida**. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, p. S121–S137, 2002.

MAGALHÃES, R. **REGULAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL**. Revista de Direito Sanitário, v. 17, n. 3, p. 113, 9 mar. 2017.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, José Pedro (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. p. 12-23. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo – Sp: Editora Unesp, 2010. 568 p. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/HISTORIA%20DA%20AGRICULTURA/Historia_das_agriculturas.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

- MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.
- PEREIRA, G. S.; CASTRO, I. R. R. DE. **Considerações sobre o plano de combate à fome e à miséria.** Cad Saúde Pública, v. 9, n. Supl 1, p. 106–13, 1993.
- PEREIRA, Potyara A. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87 – 108.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 5ª Ed – São Paulo: Cortez, 2008.
- PEREIRA, Potyara. **Trajetória da política social: das velhas leis dos pobres ao Welfare State.** In: **Política Social: Temas e questões.** 2 ed. Cortez, 2009. p. 59-98
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). VIGISAN – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhar para a Fome. PDF
- Relatório da Cúpula Mundial da Alimentação: *cinco anos depois*. **Apêndice: Declaração da Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois.** FAO, 2002. Disponível em: <https://www.fao.org/3/Y7106E/Y7106E00.htm>. Acesso em: 10 set. 2022
- SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2008.
- SCHAPPO, Sirlândia. **Avanços e Desafios na Erradicação da pobreza e da Fome no Brasil.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2015)
- SILVA, A. C. DA. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição.** Estudos avançados, v. 9, n. 23, p. 87–107, 1995.
- STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda : 1960-1980.** 2. ed. São Paulo – Sp: Expressão Popular, 2012. 320 p. Disponível em: file:///C:/Users/juliapocai/Downloads/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2%20(1).pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

ANEXO I

KATÁLYSIS

Ano	Assunto	Número de trabalhos publicados	Publicações que aparecem as palavras “fome” e/ou “Insegurança Alimentar e Nutricional”	Publicações que debatem sobre “fome” e/ou “insegurança Alimentar e Nutricional”
2004	Mundialização, crise contemporânea e políticas sociais	9	0	0
2004	Subjetividade e construção de identidades	11	1	0
2005	Cidadania, direito e acesso à justiça	11	2	0
2005	Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional	12	2	0
2006	Poder judiciário, cultura e sociedade	14	0	0
2006	Serviço Social na América Latina: balanços, desafios e perspectivas	13	2	0
2007	Políticas sociais no governo Lula: promessas e realidade	13	9	0
2007	Número especial - pesquisa em Serviço Social	8	2	0
2007	Democracia e participação	15	0	0
2008	Economia solidária e autogestão	15	4	0
2008	Violência: expressões na contemporaneidade	13	2	0

2009	Dossiê: sujeitos políticos, lutas sociais e direitos	12	0	0
2009	Dossiê: As configurações do trabalho na sociedade capitalista	17	0	0
2010	Desigualdade e gênero	15	2	0
2010	Serviço Social e Pobreza	14	5	0
2011	Políticas Sociais e questões contemporâneas	13	1	0
2011	Ética e direitos humanos	14	1	0
2012	Relações sociais, desenvolvimento e questões ambientais	14	2	0
2012	Formação e exercício profissional em Serviço Social	11	2	0
2013	Serviço Social, História e Desafios	6	1	0
2013	MARx, Marxismo e Serviço Social	11	1	0
2013	Lutas sociais no novo milênio e Serviço Social	12	0	0
2014	Estado e Política Social na América Latina	13	0	0
2014	Estado e política social: saúde	12	0	0
2015	Estado e política social na América Latina: Assistência Social	11	0	0
2015	Estado e política social na América Latina: Previdência Social	13	1	0
2016	Juventude	14	0	0
2016	Questão Fundiária	12	1	0
2016	Formação profissional, estágio e supervisão	12	0	0

2017	Antônio Gramsci	12	0	0
2017	Pós-graduação e Serviço Social	14	0	0
2017	Ética e política	14	0	0
2018	Estado, Economia e Democracia no Brasil e América Latina	18	0	0
2018	Fronteira, migrações, direitos sociais e serviço social	16	0	0
2018	Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade	16	0	0
2019	Proteção social no capitalismo contemporâneo: contrarreformas e regressões dos direitos sociais	18	0	0
2019	Conflitos sociais, ideologia, cultura e Serviço Social	17	1	0
2019	Direito à educação pública, democracia e lutas sociais	17	0	0
2020	Serviço Social: formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas	16	0	0
2020	Direitos humanos, democracia e neoconservadorismo	17	0	0
2020	Política, Ciência e Mundo das Redes	32	1	0
2021	Estado, autoritarismo e luta de classes	24	0	0

2021	Violência, Saúde e Classes Sociais	16	0	0
2021	Terra, Território e América Latina	17	1	0
2022	Trabalho, Tecnologias da Informação e Comunicação e Condições de Vida	15	0	0
2022	Serviço Social, Racismo e Classes Sociais	25	0	0
2022	Desigualdade, Fome e Produção de Alimentos	17	12	12

Temporalis

Ano	Tema	Número de trabalhos publicados	Publicações que aparecem as palavras “fome” e/ou “Insegurança Alimentar e Nutricional”	Publicações que debatem sobre “fome” e/ou “insegurança Alimentar e Nutricional”
2010	Contemporâneos e Serviço Social: crise do capital, trabalho, assistência social e formação profissional	10	0	0
2011	Universidade, Movimentos Sociais e Serviço Social	13	1	0
2011	65 anos de Abess/Abepss	18	0	0
2012	Temporalis Tema: Serviço Social e desenvolvimento	10	3	0
2012	Temporalis	24	0	0
2013	Educação em crise e perspectivas de organização política	13	0	0
2013	Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão	8	0	0
2014	Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades	14	0	0

2014	Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade	14	0	0
2015	Lutas sociais e Produção de Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital	14	0	0
2015	Trabalho, "Questão Social" e Serviço Social	24	0	0
2016	Formação Profissional em Serviço Social	20	0	0
2016	Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional	17	0	0
2017	20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS	11	2	0
2017	"Estado, política social e regressão de direitos"	23	0	0
2018	A construção de um projeto classista de educação e os desafios para o Serviço Social	20	0	0

2018	Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	29	1	0
2019	Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social	14	1	0
2019	Serviço Social, Movimentos Sociais e as Lutas Sociais	14	1	0
2020	Serviço Social e a Assistência Social: trajetórias e tendências	25	1	0
2020	As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social	21	0	0
2021	Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social	25	1	0
2021	Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS	13	0	0
2022	Luta de classes no Brasil e a ofensiva burguesa em tempos de golpes na América Latina	14	1	0

ANEXO III

SER Social

Ano	Tema	Número de trabalhos publicados	Publicações que aparecem as palavras “fome” e/ou “Insegurança Alimentar e Nutricional”	Publicações que debatem sobre “fome” e/ou “insegurança Alimentar e Nutricional”
2004	Metodologias de Análise e de Intervenção em Políticas Sociais	2	0	0
2004	Democracia e Participação Sociopolítica	3	0	0
2005	Direitos e Política Social	1	0	0
2005	Questão Urbana e Políticas Públicas	2	0	0
2006	Pobreza e Desigualdade na América Latina	7	1	0
2006	Desemprego, Desigualdade e Violência	6	1	0
2007	Direitos, Política Social e Participação: 20 anos da Constituição Federal	8	0	0
2007	Política Social, Envelhecimento e Família	10	0	0
2008	Gênero e Política Social	8	0	0

2008	Mulheres e Trabalhos	5	0	0
2009	Política Social, Segurança Pública e Execução Penal	4	0	0
2009	Política de Saúde, universalidade e equidade.	11	0	0
2010	Crise Capitalista e Política Social	10	0	0
2010	Políticas e Programas Específicos	12	0	0
2011	Política Social no Governo Lula em Perspectiva	20	0	0
2011	Política Social e Direito À Educação	16	0	0
2012	Serviço Social e Educação	11	0	0
2012	Política Social - Criança e Adolescente	11	0	0
2013	Política Social e Deficiência	15	0	0
2013	Desafios da Política Social na Contemporaneidade	8	0	0
2014	Política Social: Debates Contemporâneos	12	0	0
2014	Política Social e Desenvolvimento	12	0	0
2015	Democracia e Participação	14	0	0

2015	Política Social e Emancipação	12	0	0
2016	Lutas Sociais e Direitos	14	0	0
2016	Previdência Social e Trabalho	22	0	0
2017	Trabalho e Previdência	12	0	0
2017	Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais	16	1	0
2018	Família e Políticas Sociais	11	0	0
2018	Educação e Lutas Sociais no Brasil	12	0	0
2019	Trinta Anos de Constituição Federal	12	0	0
2019	Nova Direita, Estado e Política Social	11	0	0
2020	Estado, Democracia e Saúde	12	0	0
2020	Desigualdade, mundialização e políticas sociais contemporâneas	11	0	0
2021	Alimentação, abastecimento e crise	15	2	2

2021	Crise, fluxos migratórios e políticas sociais	13	0	0
2022	Questão Social e Serviço Social	14	0	0
2022	Pandemia de Covid-19 e Políticas Sociais	13	3	0